



Retrato das discussões nacionais sobre a atual situação das bibliotecas escolares e a Lei 12.244/2010

Portrait of national discussions about the current situation of school libraries and Law 12.244/2010

Erica de Lima Kafer

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: ericakafer2@hotmail.com

Keitty Vieira

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
E-mail: keitty_rodriguesvieira@hotmail.com

RESUMO

O trabalho trata sobre universalização das bibliotecas escolares, tendo como objetivo geral identificar o que foi publicado no Brasil sobre a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares. Para tal, a opção metodológica aplicada foi a pesquisa bibliográfica, teórica, quantitativa, qualitativa e exploratória. O estudo se justifica pois é um esforço inicial em identificar as discussões científicas sobre a lei 12.244, ademais atualmente já passou o tempo de adaptação à lei. Os resultados da pesquisa mostraram que, em geral, os temas das publicações versam a respeito da lei e de aplicações em maioria regionais; além disso, percebeu-se uma grande quantidade de autores que estão vinculados a associações e conselhos regionais.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Lei 12.244. Universalização das bibliotecas escolares.

ABSTRACT

The document focuses on the universalization of school libraries, having as its main objective to identify the literature that has been published in Brazil under the School Libraries Universalization Law. For such, the applied methodological approach was the bibliographic, theoretic, quanti/qualitative, and exploratory research. The paper serves as being an initial effort in identifying the scientific discussions over the Law 12.244, moreover, enough time has passed for adoption to the law. The results of the research showed that, in general, the publications have addressed the law and its applications in mostly regional locations; furthermore, it was noticed a large quantity of authors that are vinculated to regional associations and councils.

Keywords: School library. Law 12.244. School Libraries Universalization.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Silva (2011), as bibliotecas escolares no Brasil tiveram início com os colégios jesuítas, inicialmente na Bahia. O objetivo dos jesuítas era catequizar os indígenas e instruir os colonos. Esse fato, na concepção do autor, se relaciona com o aspecto educacional dessas unidades de informação.

Com a decadência dos conventos, surgiram outras escolas de ensino formal que, apesar de possuírem influências religiosas, direcionaram seu foco às necessidades dos

estudantes. Entretanto, é preciso destacar que esses estudantes eram formados pela elite brasileira da época (agricultores, intelectuais, empresários...), ou seja, um público seletivo com necessidades específicas decorrentes das demandas de sua classe social. Somente nas décadas de 30 e 40 é que as bibliotecas escolares começaram a ser pensadas na perspectiva das escolas públicas, mudança provocada pela reforma educacional, cujo propósito era a inovação dos métodos de aprendizagem (Silva, 2011).

Nacionalmente, o estado de Santa Catarina se destacou para a solidificação das bibliotecas escolares. De acordo com Silva (2011, p. 497),

Pode-se afirmar que a década de 1950, é o marco para instalação das bibliotecas escolares no Brasil, tendo Santa Catarina como referência para esse processo, uma vez que procurou instituir procedimentos legais e pedagógicos para consolidação das bibliotecas escolares.

Nota-se então a relevância de Santa Catarina na instalação de bibliotecas escolares. Ainda nesta linha, outro estado marcante na luta pela legalização destas unidades foi São Paulo. Em 18 de março de 1976, o estado de São Paulo publicou um decreto que dispunha sobre o pessoal das escolas estaduais de primeiro e segundo grau. No Cap. II, Seção I, Art. 3º, o Inciso VII decretava que a escola deveria ter “1 (um) Bibliotecário, para a escola que mantenha um mínimo de 20 (vinte) classes” (São Paulo, 1976).

A partir dessa iniciativa do estado de São Paulo, é possível notar a preocupação em elaborar diretrizes para a construção de bibliotecas escolares supervisionadas por um profissional registrado para isso: o bibliotecário. Esse decreto de 1976 em São Paulo, somado aos esforços anteriores de Santa Catarina em 1950, demonstram que a preocupação legal para com as bibliotecas escolares é antiga.

Somente em 24 de maio de 2010 foi aprovada a Lei 12.244 que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (Brasil, 2010). Tal iniciativa foi criada a partir do projeto de Lei n.º 324 (Brasil, 2009) pelo Deputado Federal Lobbe Neto. A referida lei definiu o prazo de 10 anos para que as escolas providenciassem bibliotecas gerenciadas por bibliotecários (com o devido registro profissional nos respectivos Conselhos Regionais de Biblioteconomia), além de um acervo de, pelo menos, um título por aluno matriculado. Ou seja, hoje no ano de 2022, já nos encontramos no período de vigência desta lei e, portanto, torna-se pertinente investigar os avanços alcançados a partir dessa proposta.

Sendo assim, propomos o presente estudo pensando responder à pergunta: “O que a bibliografia brasileira discute sobre a Lei 12.244/2010?”. O objetivo do artigo é identificar o que foi publicado no Brasil sobre a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, a partir do ano de 2010 na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a fim de identificar a publicação de estratégias que permitam a efetivação da lei. Os objetivos específicos do presente artigo são os seguintes: a) Levantar os trabalhos publicados, no Brasil, que versam sobre a Lei 12.244/2010; b) Identificar quais autores mais publicam na temática supracitada; c) Identificar os assuntos correlatos discutidos nas publicações recuperadas.

A opção metodológica utilizada nesse trabalho foi a pesquisa bibliográfica de abordagem teórica, de caráter quantitativo, qualitativo e exploratório. O presente estudo faz parte de um projeto de pesquisa intitulado “Biblioteca Escolar em foco: desafios do ensino diante da Lei 12.244/2010”, cujo objetivo é pesquisar sobre a compreensão dos estudantes de Graduação em Biblioteconomia do Estado de Santa Catarina acerca da biblioteca escolar e da sua atuação como bibliotecário nesse espaço. Portanto, no primeiro momento, torna-se necessário identificar o discurso presente nas publicações sobre a temática, a partir da autoria dos pares da Biblioteconomia.

Justifica-se a presente pesquisa uma vez que, com a identificação das temáticas correlatas à Biblioteca Escolar a partir dessas publicações, seja possível aprofundar o levantamento sobre as práticas de ensino que dialogam com a Biblioteca Escolar e que, em sua última instância, colaboram com a formação deste futuro profissional. Além disso, tal pesquisa servirá como ponto de partida para que outros estudos de natureza semelhante possam ser aplicados de acordo com suas respectivas realidades regionais, tendo em vista a possibilidade de discussão de temas correlatos e o mapeamento dos autores que abordam sobre a Biblioteca Escolar no Brasil.

2 OPÇÕES METODOLÓGICAS

Trata-se de pesquisa teórica, bibliográfica, quantitativa qualitativa e exploratório, nos termos de Lira (2014). A fonte de coleta utilizada foi a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que também inclui os Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, onde o recorte temporal compreendeu o período de 2010 até o presente, devido à Lei n.º 12.244 ter entrado em vigor em 2010. A coleta foi realizada na BRAPCI durante o primeiro semestre de 2022 e as *strings* de

busca utilizadas foram: “12.244” (referente ao número da lei já citada anteriormente); “universalização” AND “escola*”; e “biblioteca” AND “escola*” AND “lei”. No total, foram recuperados 115 documentos, destes foram descartados 56 em função da exclusão das duplicatas. Ficando com um corpus inicial de 59 documentos e, após leitura, foi necessária a exclusão de outros oito artigos que não se relacionavam com o conteúdo tratado nesta pesquisa. Por fim, o corpus de análise foi de 51 documentos que foram analisados a partir de seu resumo a fim de que se cumpra o objetivo deste artigo.

Quadro 1 - Fluxo de seleção, exclusão e inclusão dos artigos

Etapa	Total documentos	Ação
Busca inicial	---	Coletar na base de dados
Exclusão de duplicatas	115 documentos	Descartar 56 duplicatas
Leitura do <i>corpus</i>	56 documentos	Descartar 8 documentos
Análise final	51 documentos	Analisar resumos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Para atender ao objetivo específico “b”, fez-se a análise dos autores do corpus, sendo as informações sobre os autores coletadas da plataforma Lattes. Para “c” fez-se a análise das palavras-chave e leitura dos resumos, com foco no objetivo geral de cada artigo. A apresentação e discussão dos resultados estão descritas nas seções seguintes.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir será apresentado os resultados do levantamento bibliográfico realizado. Os resultados estão divididos de acordo com seus objetivos específicos, sendo o item 3.1 responsável por identificar os objetivos dos estudos focados em Biblioteca Escolar recuperados; o item 3.2 que aborda a autoria desses documentos; e o item 3.3 trata dos temas correlatos identificados com este estudo.

3.1 BIBLIOTECA ESCOLAR E A LEI 12.244/2010: OBJETIVOS DA LITERATURA CIENTÍFICA

Era esperado que parte dos documentos recuperados no *corpus* se debruçassem sobre a discussão da ampliação da legislação em prol da Biblioteca Escolar, considerando seu percurso histórico de fundamentação. Santos, Lima e Resende (2021), por exemplo,

identificam legislações estaduais que amparam a Biblioteca Escolar, para contribuir com adesão da Lei 12.244/2010, com destaque para o Projeto de Lei 9.484/2018,

Este projeto altera a Lei 12.244/2010, consolidando uma nova definição de biblioteca escolar, e criando o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Tal Sistema teria dentre suas diversas funções: a) incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país; b) promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para atuarem como centros de ação cultural e educacional permanentes e; c) definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e materiais de ensino nas bibliotecas escolares. (Brasil, 2018).

Cabe ressaltar que esta não é a primeira iniciativa de criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Já em 1985, a então Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários¹ (FEBAB), publicou o “Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares”. Tal modelo poderia ser pensado ao nível macro e micro, consoante as diversas realidades institucionais, mas independentemente do aprofundamento, é definido que a configuração desse sistema pressupõe “fazer do aluno futuro usuário da informação. Além de propiciar-lhe uma maior e mais eficiente informação ou transmissão de conteúdos, se evidencia a formação de atitudes e habilidades sobre o acesso à informação” (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 1985, p. 84).

A discussão sobre a legislação em prol da Biblioteca Escolar e, conseqüentemente, outras legislações pertinentes e que se relacionam com o tema, também foram objetos de estudo dos artigos de Pereira, Cola e Costa (2021), Franklin (2020), Farias e Britto (2019), Souza (2017), Brayner (2018), Santos (2018), Camilo e Castro Filho (2017), Silva e Cunha (2016), Sousa e Lindoso (2016), Campello, Caldeira, Limas e Sousa (2016), Araújo (2015), Silva, Silva e Bernadino (2014), Viana e Pieruccini (2015), Ferrarezi e Sousa (2014), Castro filho e Coppola Junior (2012a; 2012b) e Silva (2011).

Todavia, é necessário que tal discussão tenha espaço também nos cursos de graduação de Biblioteconomia em vigor no Brasil. Afinal a biblioteca escolar, enquanto um ambiente de atuação, deve ser exposto aos estudantes que, muitas vezes, se desinteressam por tal ambiente em função do desconhecimento de suas práticas. Com isso, o pensar na biblioteca escolar deve ocorrer não só durante o dia a dia do ensino na sala de aula, mas, e principalmente, na construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos.

¹ Hoje conhecida como “Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições”.

A preocupação com a inserção da Biblioteca Escolar nos currículos é uma demanda nacional em discussão por órgãos representativos a exemplo do Conselho Federal de Biblioteconomia, o que fica evidente a partir da publicação da obra “Somos todos biblioteca escolar.” Soma-se a isso a conclusão de Guimarães *et al.* (2016) em pesquisa realizada a partir da formação do bibliotecário e sua relação com a Biblioteca Escolar. Para os autores,

[...] repensar a responsabilidade social na formação desses profissionais ainda é um desafio, principalmente quando se trata de preparar agentes que desenvolverão ações voltadas para a formação do leitor e do usuário da biblioteca. Atentar-se para a possibilidade de reformulação na estrutura curricular é um dos primeiros passos para a mudança na educação bibliotecária. (Guimarães, *et al.* 2016, p. 71).

Argumentos como este nos permitem refletir sobre o papel das Instituições de Ensino Superior que oferecem a formação em Biblioteconomia diante desta demanda social urgente que trata a Lei 12.244/2010. Tal responsabilidade não se restringe às coordenações de curso, mas envolve o próprio compromisso que as Instituições de Ensino Superior possuem com a sociedade que as mantém. E, talvez, este seja um ponto que ainda deva ser melhorado pelos cursos de Graduação em Biblioteconomia em exercício no Brasil. Isso se sustenta, pois se faz presente o compartilhamento de práticas profissionais em prol da Biblioteca Escolar em diversos artigos de foco regional, o que pouco aparece quando se busca sobre as iniciativas das Instituições de Ensino Superior em prol da efetivação da Lei no âmbito universitário (como a realização de projetos de extensão, pesquisa, capacitação ou oferta de disciplinas específicas sobre o tema).

Os resultados sobre a implantação da Lei no âmbito profissional são apresentados a partir da realidade de Vitória (ES), Jardinópolis (SP), Florianópolis (SC), região metropolitana da Bahia (BH), Juazeiro do Norte (CE), Goiás (GO), Jaraguá do Sul (SC), Ribeirão Preto (SP), Indaial (SC) e João Pessoa (PB). Nestes estudos, fica evidente a necessidade e o futuro promissor da implantação de Redes de Bibliotecas Escolares, ao nível estadual e/ou municipal.

No trabalho de Santos *et al.* (2017), por exemplo, se conclui sobre a importância da universidade e do governo para a efetivação com sucesso da Lei. Nas palavras dos autores, “Cabe ao governo estadual fazer a sua parte, com a criação do cargo de bibliotecário na rede estadual, para atender as escolas por região”, e ainda complementa que isto “oportuniza o diálogo com o curso de Biblioteconomia, para que sejam traçadas ações

conjuntas que, acima de tudo, compreendam a biblioteca escolar como parte do ensino” (Santos, *et al.* 2017, p. 786).

Com isso, a partir da análise dos documentos é possível sintetizar que a publicação científica sobre a Universalização das Bibliotecas Escolares no Brasil se distribui em quatro vertentes: a) Biblioteca Escolar e seus aspectos teórico-históricos; b) Biblioteca Escolar e atuação profissional da formação à atuação; c) Biblioteca Escolar e políticas públicas; e d) implementação e diagnóstico.

Esse resultado evidencia que muito do que se publica sobre a Biblioteca Escolar no Brasil está voltado à realidade prática, e regional, o que pode contribuir para a criação de estratégias profissionais que permitam a implementação da Lei em diferentes localidades. Ademais, é perceptível a preocupação de unificação do diálogo entre universidades, entidades de classe e governos a fim de que se consolide o cargo do bibliotecário naquelas localidades onde este ainda não foi instituído, garantindo uma formação de qualidade para que o estudante saia capacitado para atuar como tal.

3.2 QUEM PUBLICA SOBRE O TEMA NO BRASIL

É necessário verificar os nomes que figuram nas pesquisas analisadas, uma vez que esses podem ser parâmetros para o mapeamento de profissionais e pesquisadores especialistas no tema. O levantamento de autoria contribui para criação de uma rede de diálogo ao nível nacional, para que as unidades de informação e formação possam identificar, com mais facilidade, possíveis parceiros para a realização de projetos, ou criação de grupos de trabalho sobre a Biblioteca Escolar.

Sendo assim, a análise dessa pesquisa permitiu reconhecer quais autores publicam sobre o tema no Brasil por meio de um quantitativo de trabalhos recuperados. Os resultados estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Autores que mais publicaram sobre biblioteca escolar e lei 12.244

AUTOR	QUANTIDADE PUBLICAÇÕES
SANTOS, Andrea Pereira dos	3
PAULA, Viviane Carolina de	3
OHIRA, Maria de Lourdes Blatt	3
FIORAVANTE, Eliane	3

CAMPELLO, Bernadete dos Santos	3
RESENDE, Vanessa Ferreira de Almeida	2
FRANKLIN, Benjamin Luiz	2
PEREIRA, Gleice	2
SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	2
CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de	2
COPPOLA JUNIOR, Claudinei	2

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No estado de Santa Catarina (SC), percebe-se um interesse de membros do Conselho Regional de Biblioteconomia – 14^a Região (CRB-14) sobre a temática da Biblioteca Escolar. Isso porque dos 11 autores mais citados, dois fizeram parte da gestão dessa entidade. Estas autoras, Maria de Lourdes Blatt Ohira e Viviane Carolina de Paula, que configuram dentro do ranking dos mais citados, ainda atuam em entidades de classe sendo a primeira integrante do Conselho Federal de Biblioteconomia e, a segunda, membro da diretoria da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB). Além destas, a autora Eliane Fioravante que também já atuou nessa mesma Associação, e hoje segue engajada na temática, por meio da realização de ações propostas em parceria com a ACB e CRB-14.

Isso destaca a preocupação por parte dos profissionais catarinenses com a implantação de Lei 12.244/2010, em especial por conta do mais recente estudo intitulado “Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina”, que apresenta um diagnóstico a partir da análise de 416 bibliotecas catarinenses (Ohira, *et al.* 2022). Iniciativas como essa servem como argumento para que a sociedade civil, com os órgãos profissionais, solicite uma atuação mais ativa dos governantes que podem contribuir para a implantação da Lei a partir da criação de políticas públicas que viabilizem essa demanda.

Bernadete Campello é outro nome que aparece em destaque nos resultados deste estudo. Aposentada, ex-professora titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Campello se debruçou sobre a temática das bibliotecas escolares complementando suas discussões por meio de projetos de pesquisa desde 2010, onde aborda os desafios para a implementação da Lei e a promoção do ensino de qualidade para a formação destes profissionais.

Um dos autores que apareceram no ranking, Benjamin Luiz Franklin é coordenador de um projeto chamado “Biblioteca Comum” cuja finalidade é incrementar o acervo digital de bibliotecas escolares com recursos educacionais abertos.

O CRB-3 (região Ceará-Piauí) também se fez presente na temática com um dos autores dentre o ranking dos mais citados: Jonathas Luiz Carvalho Silva que atuou como vice-presidente do seu respectivo Conselho Regional. Este autor é um nome frequentemente visto nas discussões sobre BE, a partir de discussões que promovem uma leitura crítica da Lei 12.244/2010, em suas fragilidades e potencialidades.

Além disso, é reflexo do envolvimento do CRB-3 a alta produção sobre casos que tratam de iniciativas da região nordeste sobre a questão das BE. O que evidencia que, de norte a sul, há uma participação e preocupação intensa dos conselhos regionais quanto à procura de soluções para a problemática da não implantação da Lei 12.244/2010, o que é oportuno para a sociedade e futuros profissionais visto que estes esforços esperam, na grande maioria das vezes, a criação de redes e oportunidades de trabalho para bibliotecários em bibliotecas escolares.

Identifica-se 3 pares de coautores. Destes, Andrea Pereira dos Santos e Vanessa Ferreira de Almeida Resende pesquisaram sobre os temas relacionados com a legislação da Biblioteca Escolar e a formação deste profissional, enquanto Claudinei Coppola Junior e Cláudio Marcondes de Castro Filho focam na implementação da Lei 12.244/2010. De forma específica, mais uma vez ressaltando o protagonismo catarinense no tema há a publicação de Maria de Lourdes Blatt Ohira e Viviane Carolina de Paula que discutem a Biblioteca Escolar em Santa Catarina.

Diferente do primeiro resultado, se percebe que há pouca consistência de autores que publicam sobre o tema, pois o quantitativo de publicações analisa (51) está refletida em nomes dispersos que, pelos dados da pesquisam, não seguem acompanhando atuando na temática da Biblioteca Escolar. Isso porque, de todo o *corpus*, 11 autores aparecem com mais frequência, além do fato de que há relações de coautoria entre estes nomes.

Todavia, espera-se que os esforços destes autores se multipliquem ao longo do tempo com a criação de novas publicações por parte de pesquisadores que, de alguma forma, conheceram estas referências na temática. Sabe-se que a Biblioteca Escolar enquanto área de atuação é um ambiente rico para a promoção de conhecimento e compartilhamento de vivências profissionais. E, por isso, há uma expectativa desse

ranking de autores se diluir a fim de que outros nomes possam figurar neste cenário temático a partir de publicações voltadas ao fazer profissional de cada unidade.

3.3 TEMÁTICAS RELACIONADAS COM A BIBLIOTECA ESCOLAR

O discurso da Biblioteca Escolar não ser um espaço solitário dentro da escola também deve estar refletido nas temáticas que dialogam com o tema de forma transversal. Por isso, se faz necessária a identificação das palavras-chave dos artigos com objetivo de levantar quais temas/conhecimentos estão sendo relacionados com a Biblioteca Escolar a partir da publicação científica.

Tabela 2 – Palavras-chave mais utilizadas nos trabalhos recuperados

PALAVRA-CHAVE	QUANTIDADE	ANO
Bibliotecário	15 ²	2021; 2020; 2018; 2017; 2016; 2014; 2012
Políticas Públicas	5	2018; 2017; 2015; 2014
Santa Catarina	4	2020; 2017; 2016
Brasil	3	2014; 2012; 2011
Educação	3	2012; 2011
Legislação	3	2021; 2019; 2015
Produção Científica	2	2019; 2018
Letramento Informacional	2	2021; 2016
Biblioteconomia	2	2018; 2012

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A categoria “bibliotecário” é, de longe, a que mais se destaca na análise. Isso ocorre por dois motivos em especial: o primeiro por relacionar a discussão da Biblioteca Escolar com a presença (ou não) do profissional devidamente regulamentado por conta da discussão da própria Lei 12.224/2010; e, em segundo lugar, pelos trabalhos que discutem a formação profissional do futuro bibliotecário escolar.

² Nesta categoria foram unificadas as palavras “bibliotecário” e “bibliotecário escolar” uma vez que, como o filtro da pesquisa se voltou à biblioteca escolar, a figura representada pela palavra “bibliotecário” automaticamente estará relacionada a este ambiente. Portanto, das 15 ocorrências, oito tratavam-se de “bibliotecário” e sete de “bibliotecário escolar”.

Isso evidencia haver uma preocupação por parte da comunidade científica em estabelecer estratégias que garantam o cumprimento da Lei 12.244/2010 diante do seu maior desafio: o cargo do bibliotecário nas redes de ensino. Essa preocupação, além de ser necessária pelo aspecto legal da discussão, é urgente dada a necessidade que os futuros profissionais se sintam convidados e interessados em atuar nesse tipo de unidade.

Tal preocupação só se sustenta a partir da atuação política da categoria em prol da criação do cargo de bibliotecário, o que acontece justamente a partir da criação de políticas públicas relacionadas a isso. E é nesse sentido que o segundo descritor que mais aparece no *corpus* trata das “políticas públicas”.

Embora a área converse sobre o tema, é preciso conscientizar a sociedade de que a luta pela efetivação do cargo é uma luta coletiva, e um direito de todos enquanto cidadãos, e não um esforço solitário de uma categoria profissional. Por isso, a articulação de políticas públicas que foquem na Biblioteca Escolar, seu acervo e profissional adequado precisa ser feita para além da Biblioteconomia, de modo a atingir a esfera política e as instâncias responsáveis pela criação deste instrumento.

Diante disso, é perceptível que Santa Catarina está assumindo um lugar de destaque no cenário nacional e, por isso, o Estado foi um dos descritores que mais apareceu nos artigos recuperados da pesquisa. Foi de Santa Catarina que surgiram iniciativas importantes em prol da criação de políticas públicas voltadas à Biblioteca Escolar, a exemplo do diagnóstico da situação das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino do Estado. É de Santa Catarina que são alguns dos autores que aparecem com mais frequência no ranking indicado anteriormente, o que reforça o compromisso da biblioteconomia catarinense na realização de ações voltadas ao tema.

Neste sentido, é oportuno mencionar que há um Grupo de Articulação Interinstitucional do Movimento pelas Bibliotecas Escolares em SC, onde atuam pesquisadoras como Maria de Lourdes Blatt Ohira e Eliane Fioravante, ambas mencionadas no resultado anterior deste estudo. Tal coletivo é composto por representações das mais variadas esferas como as Instituições de Ensino Superior, CRB-14, ACB, e outros pesquisadores e profissionais interessados pela causa, o que garante uma continuidade de ações e estratégias a serem desenvolvidas neste Estado.

A educação é outro tema que aparece com frequência nos trabalhos sobre a Biblioteca Escolar. Não obstante, a educação é a principal área parceira deste tipo de unidade de informação ou, pelo menos, deveria configurar como tal. Isto porque, por mais

que haja uma grande discussão sobre o incentivo à leitura e atividades lúdicas (a exemplo da contação de histórias) na biblioteca escolar, esta unidade deve atender a comunidade escolar, composta por alunos, professores, pais e demais funcionários.

É preciso estabelecer o diálogo entre a figura do bibliotecário e o corpo pedagógico da instituição, não só para mostrar quão benéfica pode ser esta parceria, mas, também, para que os educadores percebam a Biblioteca Escolar como um espaço de possibilidade, como um espaço atrativo e de suporte às suas atividades pedagógicas. É preciso que os profissionais da biblioteconomia dialoguem mais com as outras áreas e aprendam sobretudo, a entender como tais áreas se estruturam, a fim de que se possa oferecer um serviço de melhor qualidade diante das necessidades desse determinado público.

Dos descritores restantes identificados, a questão da legislação, da produção científica e o próprio termo “biblioteconomia” refletem, em linhas gerais, os objetivos dos artigos recuperados. Isso porque falar de biblioteca escolar é falar da Biblioteconomia, é explorar a Lei 12.244/2010 e, por isso, tais descritores, por mais que apareçam com frequência, pouco dizem além do que já se verificou nos textos do *corpus*.

No entanto, é preciso destacar o termo “letramento informacional” como uma das temáticas recuperadas com frequência nas palavras-chave dos artigos. Tal assunto dialoga diretamente com os estudos de competência em informação que, quando aplicados no contexto da biblioteca escolar, devem contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade social e civil.

Moro e Heinrich (2021, p. 63), afirmam que a competência em informação transforma a biblioteca escolar em um espaço “democrático, acessível, plural, inclusivo e conectado com a comunidade escolar”. Ou seja, a competência em informação e essa preocupação com o letramento informacional da comunidade escolar não só é uma das vertentes de atuação desta unidade como deve ser vista como de responsabilidade deste ambiente que, em suma, promove o acesso à informação de qualidade.

Com isso, em síntese, se percebe que a discussão sobre a biblioteca escolar hoje está mais voltada às atividades do fazer, da prática, e dos desafios dessa unidade diante das exigências legais atuais. Por isso, os temas correlatos fogem do senso comum que relaciona a biblioteca escolar somente aos aspectos do lúdico e da formação do leitor, pois, conforme o levantamento, tratam de demandas urgentes e de aspectos voltados ao cenário profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, esse trabalho buscou identificar o que foi publicado no Brasil sobre a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares. Para isso, foi necessário atingir três objetivos específicos.

Em primeiro lugar, foi feito um levantamento da literatura científica brasileira que discutia a Lei 12.244/2010. Desse modo, verificamos um enfoque na realidade regional e na prática das bibliotecas escolares. Além disso, identificamos 4 principais vertentes da publicação científica sobre esse tema: a) Biblioteca Escolar e seus aspectos teórico-históricos; b) Biblioteca Escolar e atuação profissional da formação à atuação; c) Biblioteca Escolar e políticas públicas; e d) implementação e diagnóstico.

Segundo, identificamos os autores que mais publicam no tema. Para tal, analisamos os autores que publicaram mais trabalhos dentro do corpus. Chegamos em 11 autores no total, e nenhum passando de três trabalhos publicados. Com isso, concluímos que há pouca consistência de autores que publicam sobre o tema. Além disso, identificamos que os autores que mais publicam, em geral, estão ou já estiveram vinculados a órgãos de classe e/ou associações.

Por fim, identificamos os assuntos correlatos discutidos nos documentos. Para tal, analisamos as palavras-chave dos trabalhos. Concluímos que a maior preocupação é e relação à prática dentro das bibliotecas escolares e aos desafios enfrentados diante da Lei 12.244/2010.

Sendo assim, o presente estudo satisfaz todos os objetivos aos quais se propôs. Entretanto, esse trabalho é um esforço inicial, ou seja, ainda há muito para se explorar com relação ao tema. Identificar o que vêm sendo discutido a respeito da Lei de universalização das bibliotecas escolares na literatura científica é somente um pequeno passo para que essas unidades recebam mais visibilidade especialmente dentro dos debates acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. P. A biblioteca escolar na pauta do congresso nacional. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4 n. 1, n. 1, p. 26-36, 2015. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106614](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106614). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16981>. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 324, de 2009**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Câmara dos

Deputados, 2009. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/95219>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9.484, de fevereiro de 2018**. Altera artigos da Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1639337&filename=Tramitacao-PL+9484/2018. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24/05/2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/575886>. Acesso em: 28 maio 2023.

BRAYNER, C. J. O. S. O parlamento brasileiro e a biblioteca escolar em 2018. **Revista Cajueiro**, v. 1 n. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135407>. Acesso em: 28 maio 2023.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Biblionline**, v. 13, n. 2, p. 94-101, 2017. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n2.35285](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n2.35285). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16441>. Acesso em: 28 maio 2023.

CAMPELLO, B. D. S.; CALDEIRA, P. T.; LIMAS, R. F.; SOUSA, T. G. F. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, p. 39-58, 2016. DOI: [10.9771/rpa.v10i2.13609](https://doi.org/10.9771/rpa.v10i2.13609). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/62575>. Acesso em: 28 maio 2023.

CASTRO FILHO, C. M.; COPPOLA JUNIOR, C. Biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 1 n. 1, n. 1, p. 30-41, 2012a. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106556](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2012.106556). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16884>. Acesso em: 28 maio 2023.

CASTRO FILHO, C. M.; COPPOLA JUNIOR, C. Bibliotecas escolares no ensino fundamental: caminhos para a implantação. **Biblionline**, v. 8, n. 2, 2012b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16745>. Acesso em: 28 maio 2023.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12 No 3, n. 3, p. 826-836, 2019. DOI: [10.26512/rici.v12.n3.2019.19155](https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.19155). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/121964>. Acesso em: 28 maio 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 2018.

FERRAREZI, L.; SOUSA, L. M. A. E. Nos meandros das políticas públicas: a biblioteca escolar em (dis)curso. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 73-88, 2014. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106605](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106605). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16962>. Acesso em: 28 maio 2023.

FRANKLIN, B.L. A recusa à escassez: a universalização da biblioteca escolar e a tensão entre a materialidade digital e a Lei de Direitos Autorais. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 3,

p. 1-23, 2020. DOI: [10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52339](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52339). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/148012>. Acesso em: 28 maio 2023.

GUIMARÃES, F. X.; BARREIRA, M. I. J. S.; SANTOS, J. O.; PEREIRA, C. C. M. A biblioteca escolar e a formação do bibliotecário: uma reflexão a partir da lei 12.244. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 65-72, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69980>. Acesso em: 28 maio 2023.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORO, E. L. S.; HEINRICH, F. R. Biblioteca escolar: um espaço por excelência para práticas de ensino e de aprendizagem. In: MORO, E. L. S.; TERSO, I. C.; SIENNA, M. M. (Orgs.). **Somos todos biblioteca escolar**. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021. P. 53-66.

OHIRA, M. L. B. *et al.* Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, jan. 2023. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1931>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, G.; COLA, R.; COSTA, F. P. A biblioteca escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 808-823, set./dez. 2021. DOI: [10.26512/rici.v14.n3.2021.36842](https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.36842). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164997>. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS, A. P dos; LIMA, M. M.; RESENDE, V. F. de A.. A legislação da biblioteca escolar nos estados pós Lei 12.244: o que mudou? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1490/1317>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, A. P.; GOMES, S. H. A.; VALÉRIO, E. D.; REIS, F.; OLIVEIRA, F. R.; RIBEIRO, G. M. C.; CARVALHO, L. F.; MORAES, M. G. Retratos da biblioteca escolar da rede estadual de ensino do estado de Goiás. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 773-787, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2422>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SANTOS, P. S. Biblioteca escolar e sala de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6 n. 2, n. 2, p. 28-47, 2018. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/108230>. Acesso em: 28 maio 2023.

SÃO PAULO. **Decreto nº. 7.709**, de 18 de março de 1976. Dispõe sobre o pessoal das escolas estaduais de 1.º e 2.º graus e dá providências correlatas. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1976. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1976/decreto-7709-18.03.1976.html>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, A. C. E.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre a lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 2 n. 2, n. 2, p. 1-16, 2014. DOI: [10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106595](https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106595). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16937>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, J. D. O.; CUNHA, J. A. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do plano nacional de educação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 21, n. 46, p. 45-58, 2016. DOI: [10.5007/1518-2924.2016v21n46p45](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p45). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38990>. Acesso em: 28 maio 2023.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/74863>. Acesso em: 09, maio, 2022.

SOUSA, B. S. S.; LINDOSO, M. F. F. Bibliotecas escolares: passado, presente e o que será do futuro?. **Revista Bibliomar**, v. 15, n. Especial, p. 7-17, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126391>. Acesso em: 28 maio 2023.

SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 2, p. 99-129, 2017.

DOI: [10.14295/biblos.v31i2.6817](https://doi.org/10.14295/biblos.v31i2.6817). Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22667>. Acesso em: 28 maio 2023.

VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119589>. Acesso em: 28 maio 2023.

Recebido em: 14 de junho de 2023
Aprovado em: 17 de janeiro de 2024
Publicado em: 18 de janeiro de 2024